

Dívida com Clube de Paris

Dívida ext.

JORNAL DO BRASIL

começa a ser paga dia 1º

Brasília — O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, reafirmou ontem a decisão de começar a pagar, a partir do dia 1º de julho, os juros vencidos entre janeiro de 1985 e abril deste ano da dívida brasileira com os países do Clube de Paris (financiamentos de governo a governo). A decisão é unilateral, não implica acordo com os países credores.

Segundo Funaro, a posição brasileira foi firmada na reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional, em abril deste ano, em Washington. Na ocasião, relatou ontem o ministro da Fazenda, o Grupo dos 10, que reúne os países desenvolvidos, insistia na exigência de um acordo formal com o FMI para o refinanciamento das dívidas com o Clube de Paris.

No Grupo dos 24 (países em desenvolvimento), porém, disse Funaro, veceu a proposta brasileira de que o acordo seria exigido ou não dos países devedores, em função dos ajustes de política econômica que tivessem feito. O Grupo dos 24, que reúne os maiores devedores do sistema financeiro internacional, conseguiu fazer passar a proposta brasileira no documento final do encontro, disse Funaro.

— Não é uma posição de confronto, mas de avanço, e é boa para o sistema financeiro internacional — disse Funaro.

Alguns países credores mantiveram a exigência, mesmo depois do encontro de Washington, enquanto outros adotaram uma posição mais flexível, disse ainda o ministro da Fazenda. O Brasil, afirmou Funaro, vai manter sua posição unilateral, na tentativa de reabrir os financiamentos das instituições do tipo Eximbank (agências governamentais de financiamento do comércio internacional). “O Brasil já fez seus ajustes e não há mais motivo para que continuemos na lista dos devedores internacionais”, disse o ministro.

Funaro negou qualquer vinculação entre a questão do Clube de Paris e a reserva de mercado brasileira para o setor de informática: “São departamentos estanques, e eu não poderia dizer que

existe uma vinculação entre as duas questões”, afirmou o ministro.

As pressões dos Estados Unidos e da Alemanha para forçar o Brasil a se submeter às exigências do Fundo Monetário Internacional, antes de qualquer acordo de refinanciamento da dívida de governo a governo com o Clube de Paris, foram inúteis e “os pagamentos logo vão ser reiniciados normalmente”, garantiu o coordenador para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, ministro Álvaro Alencar.

Os acertos efetivamente tendem a se normalizar com o Clube de Paris. Os credores que queriam endurecer se acalmaram e William Rhodes, coordenador do comitê de bancos credores já fez declarações neste sentido — afirmou também o chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda, Luís Gonzala Belluzzo. Em tom enfático, Belluzzo acrescentou que os credores brasileiros têm que entender que “esta história de FMI acabou. É coisa do passado e é bom que esqueçam o FMI”.

As pressões dos Estados Unidos, segundo o assessor do ministro Dilson Funaro, têm como razão mais forte a irritação do governo norte-americano frente à reserva de mercado de informática e à resistência do Brasil em submeter a exportação de serviços às normas do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). “Quanto à Alemanha, suas pressões só se explicam por uma posição conservadora e pelo costume que tem de seguir os Estados Unidos nessas negociações”, acrescentou Belluzzo.

Segundo o chefe da assessoria econômica da Fazenda, houve um erro nas informações que saíram do Clube de Paris, a respeito da proposta feita pelo Brasil para o refinanciamento da dívida de governo a governo. “Não é verdade que propusemos o pagamento de 15% do principal, em 10 ou 15 anos”, explicou.

O que governo brasileiro efetivamente está propondo, de acordo com o ministro Álvaro Alencar, é o seguinte: 1 — pagamento de 15% do total do princi-

pal e juros vencidos entre primeiro de janeiro de 85 e 30 de abril de 86 (ou seja, 15% de aproximadamente 2 bilhões 400 milhões de dólares ou 360 milhões de dólares); 2 — pagamento de juros de mora sobre este total vencido; 3 — pagamento dos juros registrados a partir de maio de 86, no vencimento; 4 — depósito no Banco Central dos juros sobre o principal da dívida, que vencem a partir de maio deste ano; e 5 — pagamentos dos juros contratuais normais sobre os 85% da dívida reescalonados.

Aceita esta proposta, “como tudo indica que acontecerá”, segundo Álvaro Alencar, o Brasil reinicia os pagamentos, cujo montante para este ano ainda não está definido com precisão. Segundo funcionários do Banco Central, foram feitas avaliações muito preliminares, que precisam ser complementadas.

Apoio ao México

Ao lado das previsões otimistas sobre o acordo com o Clube de Paris, Belluzzo abordou a questão do México, garantindo que “o governo brasileiro apoiará este país, se ele tomar decisões mais drásticas a respeito do pagamento de sua dívida externa”.

Entendemos que a ajuda fornecida pelos Estados Unidos neste momento equivale a um paliativo para prolongar a sobrevida de um doente — afirmou, acrescentando que, “em termos estruturais, isto de nada adianta e mais cedo ou mais tarde a crise mexicana reaparecerá, como o mesmo caráter dramático, que o governo norte-americano por ora tentou evitar”.

A não ser que seja montado um novo esquema de refinanciamento da dívida, correto para o México, com redução significativa da carga de juros, a crise permanece — disse.

Em função desta certeza, a área econômica do governo pediu ao Itamarati um relatório detalhado sobre os acontecimentos do México. É preciso saber com exatidão o que ocorre tanto na área diplomática quanto na frente de negociações, segundo Belluzzo.